



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

MESTRADO

ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**A POBREZA NA TERCEIRA IDADE: UM MODELO
EXPLICATIVO**

ANA MARIA BASÍLIO CABRAL DOMINGOS

OUTUBRO - 2014



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

**MESTRADO EM
ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO**

**A POBREZA NA TERCEIRA IDADE: UM MODELO
EXPLICATIVO**

ANA MARIA BASÍLIO CABRAL DOMINGOS

ORIENTAÇÃO:

PROF. DOUTOR CARLOS FARINHA RODRIGUES

OUTUBRO – 2014

Agradecimentos

Gostaria de endereçar o meu primeiro agradecimento, de uma profunda gratidão, ao Prof. Doutor Carlos Farinha Rodrigues, com o qual tive a sorte de me cruzar durante esta jornada. Digo profunda gratidão, não de ânimo leve, uma vez que tenho consciência do quão foi importante a mão firme de um enorme conhecimento na matéria que orientou a condução deste processo. Com a mais elevada estima, eu agradeço as inúmeras sugestões, o estímulo, crítica, o apoio de âmbito mais técnico, o empréstimo de livros, tudo enfim... e acima de tudo pela sua atitude de enorme disponibilidade, generosidade e boa disposição com que me apoiou durante a realização desta tese.

Uma palavra de agradecimento também ao INE, pela disponibilização da base de dados IDEF (Processo 539– Protocolo INE/MCTES), sem a qual este trabalho não teria sido possível.

Gostaria ainda de expressar a minha gratidão aos meus pais, Anibal e Bernarda, por o seu amor incondicional e suporte nas mais variadas formas. Agradeço também à Andreia, sempre capaz de animar com o seu sentido de humor muito particular. Também uma palavra de agradecimento para a Diana Tavares, Pedro Frada, Mónica Frechaut, Flávia Campos, Marta Coelho, Helena Pires, pela vossa fé em mim e pelas palavras de incentivo que me destinaram durante o processo.

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo identificar os fatores que concorrem para que alguns indivíduos na terceira idade se encontrem em situação de pobreza. Mais concretamente, pretendeu-se identificar o perfil socioeconómico de pessoas em situação de pobreza através de um modelo explicativo *probit*, que estimasse o peso de vários fatores para a referida situação. Porque em Portugal, mais concretamente em zonas rurais, existe uma forte componente de autoconsumo, entrámos em linha de conta com as linhas de pobreza monetária e não-monetária. Esta caracterização é feita a partir do Inquérito às Despesas das Famílias IDEF 2010/2011. O modelo revelou o impacto na probabilidade de se ser pobre (em termos monetários e totais) de variáveis como o nível de ensino do idoso, a sua idade, tipo de ADP onde se encontra inserido, localização rural/ urbana e fonte mais frequente de rendimento. Foram ainda discutidas as implicações do modelo para políticas sociais de apoio.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza; Idosos; Modelo Probit

ABSTRACT

The present study had the aim to identify the factors associated to poverty in the elderly. More precisely, we intended to identify the socioeconomic profile of people in poverty situation through a probit model, capable of estimating the weight of various factors for the referred situation. Because in Portugal, more specifically, in rural areas, there is a strong component of autoconsumption, we took into account the monetary and non-monetary poverty lines. This characterization was made using the Housing Budget Survey 2010/2011. The model revealed an impact on the probability of being poor (in terms of monetary and total income) of variables such as education, age, type of household, and main type of income. We also discuss the implications of the model for social policies.

KEY-WORDS: Poverty; Elderly; Probit Model

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	ABORDAGENS TEÓRICAS À POBREZA	3
2.1	<i>Pobreza Absoluta e Pobreza relativa</i>	3
2.2	<i>Abordagem unidimensional (monetária e não monetária) e multidimensional</i>	4
2.3	<i>A abordagem da União Europeia</i>	6
2.4	<i>A família como unidade recetora do rendimento, o seu tamanho e escalas de equivalência</i>	8
2.5	<i>A agregação da pobreza: indicadores de pobreza</i>	10
3.	A UTILIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS FAMILIARES PARA CARACTERIZAR A POBREZA NOS IDOSOS	13
3.1	<i>IDEF: Caracterização, potencialidades e limitações</i>	13
3.2	<i>Amostra e períodos de referência do inquérito</i>	14
4.	A HETEROGENEIDADE DA POBREZA DOS IDOSOS	16
4.1	<i>A pobreza nos idosos no contexto Europeu</i>	16
4.2	<i>A pobreza nos idosos em Portugal na literatura</i>	17
4.3	<i>Cálculo de índices de pobreza no IDEF</i>	19
4.4	<i>Fatores explicativos da pobreza nos idosos – dois modelos probit</i>	24
5.	CONCLUSÃO: SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS E RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS SOCIAIS DE COMBATE À POBREZA NOS IDOSOS	32
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
	ANEXOS	40

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - EFEITO MARGINAL DO NÍVEL DE ENSINO DO INDIVÍDUO SOBRE A POBREZA MONETÁRIA E TOTAL	28
FIGURA 2 - EFEITO MARGINAL DO TIPO DE ADP SOBRE A POBREZA MONETÁRIA E TOTAL	30
FIGURA 3 - EFEITO MARGINAL DA CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO SOBRE A POBREZA MONETÁRIA E TOTAL	31

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO I – INCIDÊNCIA DA POBREZA MONETÁRIA VS. INCIDÊNCIA DA POBREZA TOTAL DA POPULAÇÃO IDOSA	20
QUADRO II- FREQUÊNCIA E PERCENTAGEM DE IDOSOS POBRES E NÃO POBRES (POBREZA MONETÁRIA E TOTAL), POR SEXO, EM 2009	40
QUADRO III – FREQUÊNCIA E PERCENTAGEM DE IDOSOS POBRES E NÃO POBRES (MONETÁRIAMENTE), POR NUTSII, EM 2009	40
QUADRO IV – FREQUÊNCIA E PERCENTAGEM DE IDOSOS POBRES E NÃO POBRES (POBREZA TOTAL), POR NUTSII, EM 2009	40
QUADRO V – FREQUÊNCIA E PERCENTAGEM DE IDOSOS POBRES E NÃO POBRES (POBREZA MONETÁRIA), POR NÍVEL DE URBANIZAÇÃO, EM 2009	41
QUADRO VI – FREQUÊNCIA E PERCENTAGEM DE IDOSOS POBRES E NÃO POBRES (POBREZA TOTAL), POR NÍVEL DE URBANIZAÇÃO, EM 2009	41
QUADRO VII – FREQUÊNCIA E PERCENTAGEM DE IDOSOS POBRES E NÃO POBRES (POBREZA MONETÁRIA), POR SITUAÇÃO CONJUGAL, EM 2009	41
QUADRO VIII – FREQUÊNCIA E PERCENTAGEM DE IDOSOS POBRES E NÃO POBRES (POBREZA TOTAL), POR SITUAÇÃO CONJUGAL, EM 2009	42

QUADRO IX – FREQUÊNCIA E PERCENTAGEM DE IDOSOS POBRES E NÃO POBRES (POBREZA MONETÁRIA), POR CATEGORIAS DE DIMENSÃO DE ADP, EM 2009	42
QUADRO X – FREQUÊNCIA E PERCENTAGEM DE IDOSOS POBRES E NÃO POBRES (POBREZA TOTAL), POR CATEGORIAS DE DIMENSÃO DE ADP, EM 2009	42
QUADRO XI – FREQUÊNCIA E PERCENTAGEM DE IDOSOS POBRES E NÃO POBRES (POBREZA MONETÁRIA), POR TIPO DE ADP, EM 2009	43
QUADRO XII – FREQUÊNCIA E PERCENTAGEM DE IDOSOS POBRES E NÃO POBRES (POBREZA TOTAL), POR TIPO DE ADP, EM 2009	43
QUADRO XIII – FREQUÊNCIA E PERCENTAGEM DE IDOSOS POBRES E NÃO POBRES (POBREZA MONETÁRIA), POR NÍVEL DE ENSINO, EM 2009	43
QUADRO XIV – FREQUÊNCIA E PERCENTAGEM DE IDOSOS POBRES E NÃO POBRES (POBREZA TOTAL), POR NÍVEL DE ENSINO, EM 2009	44
QUADRO XV – FREQUÊNCIA E PERCENTAGEM DE IDOSOS POBRES E NÃO POBRES (POBREZA MONETÁRIO), POR CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO, EM 2009	44
QUADRO XVI – FREQUÊNCIA E PERCENTAGEM DE IDOSOS POBRES E NÃO POBRES (POBREZA TOTAL), POR CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO, EM 2009	44
QUADRO XVII – FREQUÊNCIA E PERCENTAGEM DE IDOSOS POBRES E NÃO POBRES (POBREZA MONETÁRIA), POR FONTE MAIS FREQUENTE DE RENDIMENTO MONETÁRIO, EM 2009	45
QUADRO XVIII – FREQUÊNCIA E PERCENTAGEM DE IDOSOS POBRES E NÃO POBRES (POBREZA TOTAL), POR FONTE MAIS FREQUENTE DE RENDIMENTO TOTAL, EM 2009	46
QUADRO XIX - MODELOS PROBIT PARA A POBREZA MONETÁRIA E POBREZA TOTAL DOS IDOSOS, EM 2009	47

1. INTRODUÇÃO

Apesar dos níveis de desenvolvimento alcançados, uma parte significativa da população encontra-se excluída dos benefícios que esse desenvolvimento oferece (Rodrigues, 2007). É uma noção comum que a terceira idade torna o cidadão mais vulnerável em termos económicos. Estudos como o de Albuquerque et al. (2006), comprovam a legitimidade desta preocupação, verificando que a saída dos indivíduos do mercado de trabalho e a sua transição para a reforma aumentam o risco de estes indivíduos se tornarem pobres.

Os atuais dados existentes sobre a pobreza nos idosos portugueses (Rodrigues, 2014; Rodrigues & Andrade, 2013), indicam que existiu uma melhoria ao nível dos indicadores de pobreza agregada, bem como que os níveis de privação material têm convergido para os níveis nacionais. De acordo com Rodrigues (2014), a pobreza dos idosos desceu de cerca de 40% para 20%, de 1994 para 2010, convergindo para os níveis de pobreza da população em geral (23% em 1994; 18%, em 2010). Os dados mais recentes a este respeito, relativos ao inquérito ICOR (Inquérito às Condições de Vida e Rendimento) respeitantes a rendimentos de 2012, revelam que a taxa de pobreza após transferências sociais, nos indivíduos com 65 anos ou mais, ronda os 14,7%. O que significa que quando comparados com a população em geral, que exhibe uma taxa de 18,7%, o grupo dos idosos se encontra em vantagem. Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) revelam ainda, que nas mulheres idosas esta taxa de pobreza é superior (15,3%) à dos homens (13,8%).

Contudo, a evidência trazida por estudos como os anteriormente mencionados, alerta para a existência de heterogeneidade entre os idosos, o que significa que existem alguns subgrupos entre a terceira idade, especialmente vulneráveis e com níveis de

pobreza acima da generalidade dos idosos. A base desta heterogeneidade encontra-se em características como sexo, idade, o tipo de agregado em que se encontram inseridos, etc. Rodrigues (2014), aponta que são, em particular, os idosos com mais de 75 anos que vivem sozinhos, os mais vulneráveis. Entre estes, a incidência da pobreza chegava aos 30% em 2010. Por outro lado, cerca de 16% dos idosos encontra-se nos 2 decis mais altos da distribuição do rendimento, o que significa que, apesar de tudo, ser idoso não significa ser pobre. Desta forma, os idosos não podem ser tratados como um grupo indistinto. Segundo o autor, este é o principal argumento para a definição rigorosa de um *targeting* que seja capaz de filtrar exatamente as franjas da população que devam ser o foco da intervenção de políticas sociais, bem como a justificação para apoios adicionais à terceira idade, que exijam a comprovação dos meios.

É neste contexto que se insere o presente estudo, ao levar a cabo uma análise mais fina sobre estas bolsas de pobreza específicas, e sobre os perfis socioeconómicos associados, de forma a que, identificando estes perfis, se possam desenhar políticas mais focadas. Mais concretamente, pretende-se identificar o perfil socioeconómico de pessoas em situação de pobreza e que se encontram a ser apoiados pelos vários tipos de pensões existentes através de um modelo explicativo *probit*, que estime o peso de vários fatores para a referida situação. Porque em Portugal, mais concretamente em zonas rurais, existe uma forte componente de autoconsumo, entraremos em linha de conta com as linhas de pobreza monetária e não-monetária. Os objetivos referidos basear-se-ão numa caracterização feita a partir do Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF), uma vez que abarca, para além de variáveis associadas ao rendimento, uma importante componente associada às estruturas de consumo e acesso a bens e serviços.

2. ABORDAGENS TEÓRICAS À POBREZA

2.1 Pobreza Absoluta e Pobreza relativa

De acordo com Sen (1979) a pobreza pode ser estudada através de duas abordagens essenciais: identificação de quem são os pobres e a agregação das características dos pobres numa única medida de pobreza.

Relativamente à identificação, a mesma pode ser classificada como absoluta ou relativa. No que toca a linhas de pobreza absoluta, a definição do limiar é independente da distribuição total da população. A linha de pobreza é definida considerando um cabaz mínimo de bens (alimentares e não alimentares) que são considerados essenciais, para uma vida digna.

Na abordagem relativa, a definição de pobreza encontra-se ancorada no padrão médio de vida da sociedade em que o indivíduo se encontra imerso (Sen, 1983). As linhas de pobreza neste âmbito tomam em consideração a distribuição do rendimento da totalidade da população e normalmente são definidas como uma percentagem do rendimento médio ou mediano da população. Um aspeto relevante quando consideramos a pobreza como relativa prende-se com o facto de a percentagem da linha de pobreza ser condicionada pelas alterações do rendimento mediano ou médio. Ou seja, em épocas em que este rendimento desce abruptamente, podemos ter menos pobres pelo simples facto de a linha de pobreza ter baixado, também ela abruptamente. Pessoas que antes eram consideradas pobres, face a esta descida da linha, deixam de ser pobres não vendo o seu rendimento aumentado. Este fenómeno é intitulado de “armadilha do rendimento mediano” por Rodrigues (2014). Facto que leva o INE, a considerar igualmente nas suas estimativas uma linha de pobreza ancorada em 2009, atualizada para 2010, 2011 e 2012 com base na variação do índice de preços no consumidor.

Outro aspeto que se levanta, ao falarmos de pobreza relativa e absoluta é o facto de nem todos os indivíduos terem as mesmas necessidades, para que exista uma linha de pobreza única. No contexto do presente trabalho, questionamos o facto de a linha de pobreza considerada, poder servir de referência ao grupo dos idosos, grupo esse que apresenta necessidades muito específicas. Por exemplo, os idosos apresentam mais despesas associadas a saúde, mas não tanto em termos de educação. Apenas uma análise de sensibilidade seria capaz, neste contexto, de avaliar se diferentes opções metodológicas por uma linha de pobreza específica ou uma linha de pobreza geral difeririam.

Rodrigues (2007) alerta que a abordagem absoluta é especialmente útil em países menos desenvolvidos, onde uma larga faixa da população vive sem condições, e na qual o estabelecimento de uma linha de pobreza relativa não refletiria efetivamente o nível de pobreza da população. Por esta razão, Sen (1979) considera ambas as abordagens complementares.

2.2 Abordagem unidimensional (monetária e não monetária) e multidimensional

Sen (1979) e Atkinson (1989) distinguem também a abordagem direta da abordagem indireta do rendimento. A abordagem direta caracteriza-se por medir a pobreza em termos de satisfação de necessidades mínimas, verificando os itens (bens/ serviços/ participação em atividades da sociedade) dos quais o indivíduo se encontra privado (medidas de privação). Já a abordagem indireta faz-se através de uma variável *proxy* (ex. rendimento), a partir da qual se acede à capacidade de o indivíduo poder satisfazer essas necessidades, considerando o contexto em que se encontra inserido. Os estudos podem optar por indicadores indiretos (rendimento) ou diretos (privação), na

linha da qual foi precursor Townsend (1970). Para Sen (1999), o bem-estar social, não pode ser concebido exclusivamente em termos de posse de bens físicos (perspetiva unidimensional), pois rendimento não significa necessariamente que os agregados tenham condições de obter um bem por meio de mecanismos económicos, (ex. trocas no mercado ou através provisão pública). O agregado tem que ter adquirido *capabilities* para não ficar excluído do acesso a esse bem – multidimensionalidade. A preferência pela análise não só de indicadores de rendimento, mas também de despesa e de privação prende-se com evidência de que as despesas refletem melhor o nível de vida, contornando assim, a dificuldade imposta pela existência de sub-declaração de rendimentos nos inquéritos (Rodrigues, 2007).

No caso da abordagem relativa e indireta são mais comuns os estudos que utilizam o rendimento como variável indicadora dos recursos e a linha de pobreza é estabelecida como uma percentagem do rendimento médio/mediano da distribuição na população, facilitando comparações internacionais e temporais, mas tendo a desvantagem de alguma arbitrariedade envolvida no estabelecimento da proporção que define a linha.

A literatura é unânime em salientar que as medidas individuais de despesa e rendimento não permitem descrever, com exatidão, o nível de privação de recursos (Blundell & Preston, 1998). Por essa razão alguns autores tomam em consideração não só o rendimento monetário como também o não monetário. O INE (2012) define como rendimento não monetário: “o autoconsumo (bens alimentares e outros de produção própria), o autoabastecimento (bens ou serviços obtidos sem pagamento em estabelecimento explorado pelo agregado), a autolocação (autoavaliação do valor hipotético de renda de casa pelos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito), recebimentos em géneros e salários em espécie”. O rendimento abarca

transferências sociais e é líquido de impostos e contribuições. A consideração do rendimento monetário é ainda assim importante, uma vez que permite a comparação com outros estudos no contexto Europeu, que analisam a pobreza exclusivamente deste ponto de vista (Alves, 2009). Por outro lado, grandes variações das rendas imputadas como aquela que existiu entre 2000 e 2006, segundo o mesmo autor, podem colocar em causa a sua utilização fazendo com que o rendimento monetário possa ser mais adequado. De acordo com Rodrigues (2010) os rendimentos não monetários são extremamente relevantes e no caso das famílias portuguesas, em 2009, correspondiam a sensivelmente 20% da globalidade do seu rendimento. Subtrair esta componente ao rendimento total é especialmente importante para a comparabilidade entre indivíduos que têm diferentes rendimentos não monetários.

2.3 A abordagem da União Europeia

O conceito de pobreza atualmente utilizado pela União Europeia foi aprovado pelo Conselho da Europa em 1975. São então definidos os indivíduos a viver em situação de pobreza como “aqueles cujo rendimento e recursos são tão inadequados que os impedem de viver de acordo com um padrão de vida considerado aceitável na sociedade em que vivemos (...), por esta razão experienciam algumas desvantagens, e encontram-se marginalizadas da participação em atividades que são a norma para outras pessoas e do acesso a direitos fundamentais.” Mais tarde, a Estratégia de Lisboa, estabelece objetivos e metas a concretizar entre 2001-2010, colocando os objetivos sociais a par dos económicos. O estabelecimento de objetivos foi também apoiado pela definição de 18 indicadores de desempenho, de forma a que a coordenação entre os membros fosse efetivamente levada a cabo. Estes indicadores, designados de indicadores de Laeken,

encontram-se ancorados em 4 dimensões: pobreza monetária, emprego, saúde e educação e estão assentes numa perspetiva relativa da pobreza. A Estratégia Europa 2020 surge no seguimento da Estratégia de Lisboa (2001) e assenta em três pilares: crescimento inteligente (baseado no conhecimento e inovação), sustentável (economia eficiente, económica e competitiva) e inclusivo (que assegura o emprego, coesão económica, social e territorial). É nesta altura que, por via do alargamento da Europa a Oriente, que os indicadores de Laeken inicialmente criados e ajustados para a Europa a 15, foram adaptados para a realidade de uma Europa a 27. É neste contexto, da entrada de países onde os rendimentos monetários são mais baixos, que se acentua a necessidade da introdução dos indicadores de privação material, que significam a tentativa de consideração de outras dimensões da pobreza. O EuroStat define que se encontram em privação material aqueles indivíduos que não têm acesso a 3 dos 9 itens estabelecidos para avaliar privação: Incapacidade de fazer face a despesas inesperadas; Incapacidade em pagar uma semana de férias por ano, fora de casa; Incumprimentos (rendas/ prestações da casa, contas de despesas fixas compras a crédito); Incapacidade de fazer uma refeição de carne/ frango/ peixe dia-sim dia-não; Incapacidade de manter a casa aquecida adequadamente; Falta forçada de máquina de lavar; Falta forçada de TV; Falta forçada de telefone; Falta forçada de máquina de lavar; Falta forçada de veículo ligeiro de passageiros ou misto.

O risco de pobreza / exclusão social passa a considerar os indivíduos que se encontram numa das seguintes três situações: 1) risco de pobreza (percentagem da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza, que se fixa nos 60% do rendimento mediano por adulto equivalente, após transferências sociais);

2) privação material severa (privação de 4 ou mais itens dos 9 acima considerados); 3) intensidade laboral *per capita* muito reduzida.

Rodrigues e Andrade (2010) evidenciam que negligenciar dimensões não monetárias poderá levar a uma sobrestimação dos níveis de pobreza. Por esta razão, propõem uma análise alternativa que integre tanto a dimensão monetária como a privação material, de forma a melhor refletir a diversidade de recursos das famílias e dos indivíduos (Rodrigues 2012). A integração da dimensão rendimento e da dimensão privação sinaliza situações de pobreza consistente, ou seja, situações de pobreza extrema. Diz-se que a pobreza é consistente quando o mesmo indivíduo se encontra abaixo da linha de pobreza monetária e se encontra simultaneamente em situação de privação material. Estes autores sugerem ainda a necessidade de pesos diferentes para os vários itens de privação, argumentando, por exemplo, que não se pode atribuir a mesma importância a “não ter capacidade de suportar despesas inesperadas” ou à “incapacidade de pagar uma semana de férias fora de casa”.

2.4 A família como unidade recetora do rendimento, o seu tamanho e escalas de equivalência

Outra dificuldade deriva do facto de a unidade natural de consumo não ser o indivíduo mas sim a família, sendo por isso necessário estabelecer uma correspondência entre o rendimento da família e o rendimento individual, sobretudo porque temos famílias com dimensões diferentes. Sen (1979) discute quais os melhores métodos para fazer essa correspondência, dizendo que o método mais simples e intuitivo é o de dividir o rendimento de forma igual por todos os membros da família. Porém, isto negligencia economias de escala que se geram no seio da família e o facto de, por exemplo, crianças

terem necessidades diferentes dos restantes membros. Para resolver este problema, optase por converter a família num certo número de adultos equivalentes (em que se dão pesos diferentes a cada um dos elementos), havendo alguma arbitrariedade nessa conversão, uma vez que não se conhecem especificamente os padrões de consumo exatos de cada elemento (Sen, 1979).

A escala de equivalência mais comumente utilizada, a nível europeu, é a escala de equivalência modificada da OCDE. Esta escala atribui, o peso de 1 ao primeiro adulto do agregado; 0,5 aos restantes adultos (indivíduos com 14 anos ou mais) e 0,3 a cada criança. À semelhança daquilo que anteriormente foi afluído a propósito da consideração de uma linha de pobreza específica para os idosos, colocamos no mesmo âmbito, a questão relativa à possibilidade de utilização de escalas de equivalência, considerando as necessidades de consumo específicas deste grupo. Santos (1984), a partir dos dados do Inquérito às Despesas Familiares de 1973/74, deriva uma escala de equivalência usando os agregados classificados em diversos grupos etários. A escala deduzida distingue idoso isolado, com uma ponderação inferior a 1, que pode encontrar uma justificação numa série de fatores, como as necessidades alimentares (Ferreira, 2000), os custos de habitação, serem em geral menos elevados para famílias cujo representante é idoso (devido às especificidades do mercado da habitação e arrendamento português), a não participação na vida ativa corresponder a certas economias, o acréscimo de tempo disponível para produção doméstica de refeições, diminuição dos custos de deslocação, etc.

Apesar da forma como são concebidas estas escalas de equivalência, subsiste um problema de como pesar estas famílias de diferentes dimensões face a um todo. Existem várias alternativas: dar o mesmo peso a todas as famílias independentemente da sua

dimensão; dar o mesmo peso a cada pessoa independentemente do tamanho da família onde pertence; dar um peso a cada família segundo o nº de adultos equivalentes que são seus membros. No 1º método e 3º método o sofrimento de uma família mais pequena tem menos peso do que de uma maior no mesmo nível de pobreza. Na perspectiva de Sen (1979) o segundo método é a melhor opção considerando que antes de o utilizar se definiu o bem-estar individual com o uso de escalas de equivalência tendo em conta a dimensão da família.

2.5 A agregação da pobreza: indicadores de pobreza

Não basta identificarmos a população pobre para termos uma dimensão da realidade da pobreza numa determinada sociedade, é necessário que esta assuma uma expressão quantitativa. Este valor do nível de pobreza deverá refletir as diferentes contribuições dos diferentes indivíduos da população para o nível de pobreza - problemática da agregação.

Sen (1979) identifica duas famílias de medidas que podem ser usadas. Uma delas corresponde à contagem de indivíduos que se encontram abaixo da linha de pobreza: incidência. A outra família corresponde a medidas que tomam em consideração a distância à linha de pobreza. A medida mais simples é a taxa de incidência da pobreza e indica a proporção da população considerada pobre, tendo em conta a linha de pobreza estabelecida. Nesta medida todos os indivíduos são contados com o mesmo peso, quer estejam mais ou menos distantes dessa linha de pobreza. Sen (1979) critica esta medida, dizendo que se olharmos numa ótica de transferências de rendimento de uma pessoa pobre para outra menos pobre mas ainda assim abaixo da linha de pobreza, apesar de a pobreza total não parecer diminuir em termos agregados, a verdade é que em termos de utilidade

marginal, esta transferência tem impacto. Isto porque, a perda do primeiro deverá ser superior à do segundo. A não consideração desta distância à linha de pobreza tem impactos ao nível das políticas redistributivas, que Foster & Sen (1997) salientam: ao considerarem-se apenas este tipo de medidas, a tendência dos governos, ao tentarem reduzir a pobreza é a de fazerem transferências aos pobres mais perto da linha de pobreza para que estes se posicionem acima dela. Desta forma, retiram mais pessoas da pobreza tendo menos custos. No entanto, aqueles que vivem em situações de pobreza mais severa, não vêem a sua situação melhorada.

Isto leva-nos a considerar a necessidade de encontrar medidas como o défice de recursos da população pobre, uma medida da intensidade da pobreza, que se traduz na distância média do rendimento da população pobre ao limiar de pobreza. No entanto, como Foster & Sen sublinham (1997), esta medida também não é sensível ao facto de existirem transferências de rendimento entre a população pobre. Se um indivíduo pobre transfere rendimento para um pobre com maior rendimento, a intensidade média da pobreza mantém-se inalterada.

Sen (1976) propõe então uma medida compósita que combina três medidas de pobreza: incidência, intensidade e desigualdade de rendimento da população pobre. Este índice foi baseado na ideia de ligar os pesos dos défices de rendimento à ordem dos rendimentos e níveis de bem-estar. O peso é tanto maior quanto mais pobres se encontram acima do indivíduo em termos de rendimento. Contudo, de acordo com Foster & Sen (1997), este índice não satisfaz alguns axiomas (decomposição, consistência de subgrupos, continuidade, entre outros). Por esta razão surge então uma classe de medidas capaz de lidar com estas questões, como é o caso da medida de Foster, Greer & Thornbecke (1984) em que o peso do défice de recursos de cada indivíduo depende

apenas da linha de pobreza e do seu rendimento. Esta medida contempla um parâmetro alfa que, consoante o seu valor, transforma a fórmula, numa medida capaz de captar incidência, intensidade e severidade. Quando $\alpha=0$, o indicador traduz a incidência da pobreza; quando $\alpha = 1$ o índice reflete a intensidade da pobreza; quando $\alpha=2$ obtém-se a severidade da pobreza. Por severidade da pobreza entende-se a desigualdade de rendimento entre diferentes indivíduos que são considerados pobres. A fórmula deste índice é a seguinte, onde H representa o número de pobres e z, a linha de pobreza.

$$(1) \quad FGT_{\alpha} = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^H \left(\frac{z - y_i}{z} \right)^{\alpha}$$

Este índice tem a vantagem, ao contrário da medida anterior, proposta por Sen, de permitir a sua decomposição (Foster & Sen, 1997). Por exemplo, a pobreza total de uma comunidade pode ser vista como uma soma ponderada dos seus vários subgrupos, sendo que os pesos correspondem ao rácio daquele subgrupo na totalidade da comunidade. Permite assim perceber o quanto um determinado grupo contribui para a pobreza total.

No presente trabalho utilizaremos a linha de pobreza definida pelo EuroStat em 60% do rendimento mediano, para definir pobreza monetária, em face da sua alargada utilização e para efeitos de comparabilidade com outros estudos. Reconhecendo a importância dos rendimentos não monetários no contexto português, este será tomado em linha de conta no presente estudo. Utilizaremos a despesa para o seu cálculo, sendo por isso necessário o recurso a um inquérito que recolha esta informação. Neste sentido optou-se pelo IDEF, face ao UE-SILC., inquérito oficial. O referido inquérito apresenta uma outra vantagem ao nível do detalhe geográfico.

No presente inquérito é utilizada a despesa média por adulto equivalente, que se calcula dividindo o valor da despesa do agregado pela sua dimensão em termos de adultos equivalentes, obtidos através da escala de equivalência modificada da OCDE, também

usada para efeitos de comparabilidade com outros estudos. O rendimento por adulto equivalente é a razão entre o rendimento de cada agregado e sua dimensão em termos de adultos equivalentes, utilizando a referida escala de equivalência.

3. A UTILIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS FAMILIARES PARA CARACTERIZAR A POBREZA NOS IDOSOS

3.1 O IDEF: Caracterização, potencialidades e limitações

De acordo com o INE (INE, 2012), o IDEF 2010/2011 incide sobre as despesas dos agregados domésticos privados residentes em Portugal e a distribuição dos rendimentos. Nele são recolhidos dados sobre a caracterização dos alojamentos, bens de conforto e seus equipamentos, tipo e o valor das receitas monetárias dos membros do agregado. Este inquérito utiliza também como instrumento de recolha cadernetas preenchidas com todas as despesas familiares e individuais durante duas semanas. Nele são reportadas as despesas diárias efetuadas pelos agregados na quinzena em que são inquiridos e, também retrospectivamente, as despesas cuja periodicidade é superior à quinzena. São igualmente recolhidas informações como as quantidades, valores, tipo de estabelecimento e país onde foi realizada a aquisição do bem/serviço, bem como, dados demográficos, dados sobre rendimento e consumos não correntes, através de entrevista direta. Este inquérito permite apontar as fontes e valor do rendimento dos indivíduos, possibilitando também uma avaliação integrada dos rendimentos e despesas familiares e conhecer algumas condições de habitabilidade, conforto e bens disponíveis.

É esta abordagem pelo lado da despesa que constitui uma das grandes vantagens do IDEF face ao do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), na medida em que o uso do rendimento exclusivamente, tem limitações com já referido anteriormente.

O IDEF não abarca, contudo, os indicadores de privação material que são recolhidos pelo ICOR.

Ao abordar a distribuição dos rendimentos e bens de conforto das famílias, numa amostra representativa a nível regional, o IDEF, vem possibilitar caracterização da pobreza e desigualdade com detalhe territorial, a nível de NUTS II. Sendo este aspeto da representatividade a nível geográfico outro dos pontos fortes deste inquérito.

A unidade amostral do IDEF é o alojamento e a unidade de observação o Agregado Doméstico Privado (ADP) e também os indivíduos que o constituem. A amostra é probabilística e os tipos de dados, transversais. Por esta razão, ao contrário do ICOR, o IDEF não permite a análise longitudinal das famílias. Apesar de se poderem detetar movimentos da generalidade da população, de aumento ou diminuição da pobreza, através da comparação de diferentes anos do IDEF, torna-se difícil identificar movimentos específicos dos elementos população, que não acompanhem o movimento geral ao longo do tempo.

3.2 Amostra e períodos de referência do inquérito

A recolha de dados no Continente, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira ocorreu entre março de 2010 e março de 2011. A dimensão da amostra selecionada foi de 16815 agregados, repartidos de forma aproximadamente uniforme ao longo das 26 quinzenas do período de inquirição. Foram consideradas 9489 respostas válidas, resultando numa taxa de resposta global de 56%, face à dimensão total da amostra (16815). A amostra do IDEF 2010/2011 foi dimensionada independentemente para cada NUTS II (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos de 2002): Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região

Autónoma da Madeira. O referido dimensionamento teve como base o IDEF realizado em 2005/2006. Definiu-se que o erro relativo de amostragem *a priori* não deveria exceder os 8% para as divisões de despesa ao nível nacional (exceto Divisão 10). Erros relativos de amostragem a nível regional, não deveriam exceder, na generalidade os 20%. Para o Norte e Lisboa, fixou-se como valor máximo de 10%, considerando o peso destas regiões para a despesa monetária total.

O período de referência para o rendimento monetário foi o ano fiscal de 2009. Para as despesas de consumo, teve-se em conta a periodicidade com que os itens são normalmente consumidos (quinzenal, mensal, trimestral e anual, com referência à quinzena da entrevista).

Para o presente estudo foram considerados apenas os agregados em que pelo menos um dos membros tinha 65 anos ou mais (20,4% do total da amostra).

Caracterizando os idosos portugueses no IDEF, na sua maioria são mulheres (57,9%). Verificamos que a maior parte se encontra na região Norte (31,5%), seguida da região Centro (26,0%) e Lisboa (25,48%), sendo que as restantes regiões (Alentejo, Algarve e Regiões Autónomas) na sua totalidade congregam apenas 17,0% dos idosos portugueses. Os idosos são também prevaletentes no tecido urbano (62,2%), encontrando-se 18,5%, em regiões semi-urbanas e 19,3% em regiões rurais. Cerca de 60,1% dos idosos vive com o cônjuge. Em termos de tipos de ADP, os idosos encontram-se na sua maioria a viver em ADP de duas pessoas (51,8%) ou a viverem sozinhos (25,1%). Uma quantidade ainda considerável vive em ADP com três elementos (12,7%) e apenas 10,4% vivem em ADP com 4 ou mais elementos. Estes ADP, na sua maioria, são sobretudo compostos por casais de idosos (50,3%), logo seguidos dos idosos a viverem sozinhos com menos de 75 anos (25,7%) e idosos sozinhos com mais de 75 anos

(20,4%). Apenas 2,16% são idosos em ADP de idosos ou idosos com outros familiares (1,45%). Cerca de metade dos idosos tem apenas a escolaridade do 1º ou 2º ciclo de escolaridade (51,0%) e uma percentagem muito significativa não tem qualquer escolaridade (36,4%). Apenas 12,5% atingiu o 3º ciclo do ensino básico ou um nível superior de escolaridade. A esmagadora maioria dos idosos encontra-se reformada (84,2%), e só 3,7% que se encontram ainda no ativo. O outro tipo de inativos que não reformados representam 12,0%. As fontes frequentes de rendimento monetário e rendimento total dos idosos são a pensão de velhice (75,9 e 71,2%, respetivamente para rendimento monetário e total), rendimentos por conta de outrem (14,4 e 13,8%, respetivamente) e a pensão sobrevivência (3,6 e 3,0%, respetivamente; para mais detalhes, ver Quadros XVII e XVIII do Anexo).

4. A HETEROGENEIDADE DA POBREZA NOS IDOSOS

4.1 A pobreza nos idosos no contexto Europeu

De seguida apresentaremos uma panorâmica da pobreza na Europa e em Portugal. Os dados referentes à pobreza nos idosos relativos à UE são provenientes do EU-SILC (European Union Statistics on Income and Living Conditions).

Segundo o Eurostat (2010b), em 2007, 15% da população europeia acima dos 65 anos era pobre. Relativamente a outras faixas etárias dos 18 aos 64 e dos 0 aos 17 onde a incidência da pobreza é inferior (9% e 11% respetivamente). No que toca à privação existe uma maior homogeneidade entre os três grupos, apresentando todos eles percentagens à volta dos 9%. Apenas 5% dos idosos são consistentemente pobres (pobres em termos de rendimento e privação material), ao contrário das crianças e dos adultos que apresentam valores da ordem dos 8% e 6%. O Eurostat (2010a) revela ainda que apesar de os idosos se encontrarem em maior risco de pobreza que a população da Europa a 27 como um

todo, existe uma grande diferença entre géneros. As mulheres idosas encontram-se mais em risco que os homens (22% e 17% respetivamente em 2007). Esta diferença é maior nos países Balcânicos como a Eslovénia e Bulgária, e relativamente pequena no Luxemburgo, França e Holanda. Destaca-se que em Portugal esta diferença também não é muito acentuada. O único país onde esta tendência se inverte, é Malta.

4.2 A pobreza nos idosos, em Portugal, na literatura

A situação da pobreza nos idosos em Portugal e a sua evolução entre 1999 e 2009, é analisada por Rodrigues (2014), utilizando para o efeito o inquérito EU-SILC. O autor refere que, considerando o ciclo de vida dos indivíduos, verificou-se uma acentuada redução na taxa de pobreza dos idosos de 35,5% em 1999 para 19,4% em 2009, contrastando com os níveis de pobreza nas faixas dos indivíduos entre os 18 e os 64 e menores de 18, que não tiveram oscilações tão pronunciadas. Também se observou uma descida da intensidade da pobreza na ordem dos 50% no decorrer do período considerado. Verifica-se igualmente que em termos de tipos de família em que os idosos se encontram inseridos também se encontram melhorias nos indicadores. Nos idosos isolados diminuiu de 50,7% para 30,6% e nos casais, em que pelo menos um membro é idoso, verificou-se uma queda ainda mais acentuada de 40,2% para 17,9%, demonstrando que a situação mesmo dentro da faixa dos idosos pode refletir realidades diferentes quando consideramos o tipo de família em que estes se encontram inseridos, chamando à atenção para a maior desproteção dos que se encontram isolados. Igualmente se verifica uma diminuição da intensidade da pobreza nos idosos isolados (de 0,149 para 0,058). O melhoramento verificado neste índice prende-se sobretudo com a adoção de medidas que asseguram transferências como a pensão social e a pensão mínima que melhoram a

situação destes idosos mas que isoladamente não chegam para os elevar acima do limiar de pobreza.

Também com base numa análise feita no âmbito do EU-SILC (2003-2010), Rodrigues e Andrade (2013), reforçam esta ideia de que a pobreza na terceira idade tem um carácter heterogéneo, sendo que os níveis de pobreza são diferentes em função do sexo, da geração de idosos e composição dos agregados em que se encontram inseridos. Os grupos mais vulneráveis são os de idosos com 75 anos ou mais e que vivem sozinhos, onde a taxa de incidência da pobreza chega aos 30%. Este os idosos com 75 anos ou mais têm uma taxa de incidência de pobreza superior aos que se encontram na faixa entre os 65 e 74 anos em 10 p.p., sendo que a taxa destes últimos sofre uma melhoria, entre 2003 e 2010. Considerando o tipo de agregado, verifica-se que aqueles que se encontram em agregados constituídos por idosos, apesar de terem tido uma queda no nível de pobreza (de 36% em 2003, para 23% em 2010), têm uma taxa de incidência da pobreza ainda assim superior à dos que se encontram inseridos em agregados de outro tipo (sempre abaixo dos 20%). A diferença entre os grupos tem vindo a decrescer (de 18% para 10%) no referido período. Ainda no mesmo estudo, relativamente à privação material, os autores constatarem que os três itens nos quais existe maior privação (capacidade em pagar uma semana de férias por ano, fora de casa; capacidade em aquecer a casa e fazer face a despesas inesperadas), houve também melhoramentos entre 2003 e 2010. Como referido anteriormente são considerados indivíduos em privação aqueles que não têm capacidade de acesso a pelo menos 3 bens da listagem indicada e neste aspeto, os idosos a viver sozinhos (do grupo com mais de 75 anos ou os entre 65 e 74 anos), são aqueles que apresentam uma maior taxa de privação (30,3% e 28,6% respetivamente). À semelhança

das medidas de pobreza com base no rendimento, as mulheres ficam acima dos homens nas medidas de privação 23,9% (6% acima dos homens).

De acordo com Rodrigues (2014), a análise de indicadores de pobreza agregada é uma análise necessária mas não suficiente para uma aprofundada compreensão do fenómeno da pobreza, nem para o desenho de políticas sociais capazes de tratar diferenciadamente situações de pobreza diversa. São questões que animam a investigação futura, a identificação as faixas da população mais desprotegidas, ou seja, caracterizar quem são os pobres em Portugal, quais os recursos que são necessários ser transferidos para eles, de forma a retirá-los da situação de pobreza. Apesar de os dados existentes (Rodrigues, 2014; Rodrigues & Andrade, 2013), nos indicarem que existiu um melhoramento ao nível dos indicadores de pobreza agregada entre 1999 e 2009 (incidência, intensidade e severidade), subsistem ainda algumas bolsas de pobreza ao nível da terceira idade, em Portugal. Este é motivo suficiente para que, sejam levados a cabo estudos mais finos sobre estas bolsas de pobreza específicas, para que o bom desempenho dos indicadores agregados não seja motivo para abandono das políticas sociais que levaram ao declínio da pobreza. Ao contrário dos estudos descritos, o atual trabalho centra-se no inquérito IDEF. A secção que se segue apresenta uma breve caracterização dos idosos pobres portugueses e descrição dos índices utilizados, baseando-se no referido inquérito.

4.3 Cálculo de índices e pobreza no IDEF

Foi calculada a linha de pobreza monetária e linha de pobreza total, considerando para o primeiro caso os rendimentos monetários por adulto equivalente, usando a escala de

equivalência da OCDE modificada. Relativamente à pobreza total foi considerada a soma dos rendimentos monetários e não-monetários por adulto equivalente.

A mediana do rendimento monetário situa-se nos 8554€ ao ano, sendo que a respetiva linha de pobreza é de 5132,4 €. A referida linha de pobreza coloca 17,25% da população como sendo pobre. Relativamente aos idosos verifica-se que a percentagem de pobres é superior à da população em geral, 19,42%.

Quanto ao rendimento total, a mediana situa-se nos 11000€ por adulto equivalente, ao ano e a respetiva linha de pobreza é de 6600€. Tanto na população em geral como nos idosos a pobreza é de 14,82%, significando isto que os rendimentos não monetários contribuem para aproximar a situação dos idosos à da população em geral. Por outro lado, em ambos os grupos estes rendimentos não monetários são importantes para retirar alguns indivíduos da situação de pobreza, de acordo com esta definição.

A seguinte tabela demonstra que não existe uma estrita coincidência entre aqueles que são pobres em termos monetários e os que são pobres em termos do seu rendimento total (monetário e não monetário).

Quadro I – Incidência da pobreza monetária vs. Incidência da pobreza total, da população idosa

Incidência da Pobreza Monetária	Incidência da Pobreza Total		
	Não pobre	Pobre	Total
Não pobre	1487971	80492	1568463
	94,9%	5,1%	100%
	89,8%	27,9%	80,6%
Pobre	169754	208283	378037
	44,9%	55,1%	100%
	10,2%	72,1%	19,4%
Total	1657725	288775	1946500
	85,2%	14,8%	100%
	100%	100%	100%

Fonte: INE, IDEF, 2010/2011. Cálculos do autor.

Esta realidade é demonstrada pelo facto de apenas 44,9% daqueles que são considerados pobres monetariamente, não o são em termos de rendimento total. Esta análise esclarece o papel dos rendimentos não monetários na situação dos agregados, uma vez que permitem retirar alguns indivíduos que se encontram em situação de pobreza monetária. Como na generalidade dos idosos o peso dos rendimentos não monetários parece ser grande, alguns casos em que as pessoas podem não ser pobres do ponto de vista monetário mas que têm rendimentos não monetários não muito altos, fazem com que estas pessoas sejam consideradas pobres quando temos em conta o rendimento total (27,9%).

Seguidamente caracterizaremos os idosos pobres em termos descritivos do ponto de vista da pobreza monetária e pobreza total, com base nos microdados do inquérito IDEF. No que toca aos idosos pobres, em termos monetários, podemos dizer que são as mulheres que apresentam uma taxa de incidência superior (20,9%) face aos homens (17,4%). Geograficamente, a maior incidência de idosos pobres é no Centro (24,1%). O Centro é seguido das Regiões Autónomas dos Açores (23,7%) e Madeira (21,3%), Algarve (20,0%) e Alentejo (19,4%). Lisboa (17,0%) e Norte (17,1%), que apresentam taxas de incidência ligeiramente mais baixas, mas ainda assim aproximadas às restantes NUTSII. A incidência dos pobres dá-se sobretudo ao nível das zonas rurais, onde estes se aproximam dos 30,0%. Nas zonas urbanas e semi-rurais esta percentagem desce consideravelmente para os 16,6% e 20,0%, respetivamente. São sobretudo os idosos que não vivem com o seu conjuge que se encontram neste tipo de situação (23,4%), face aos idosos a viverem conjugalmente(16,8%), independentemente se este é idoso ou não, ou de existirem mais elementos no agregado. Em termos da variável “Número de elementos do ADP”, verifica-se também que na pobreza monetária a taxa de incidência é mais

elevada nos agregados em que o idoso vive sozinho (30,6%). Nos ADP de 2 ou 3 elementos a incidência não está acima dos 20% e nos ADP com 4 e 5 ou mais elementos a incidência não supera os 8,3%. A apoiar a mesma ideia, verificou-se que em termos de tipo de ADP, são os agregados com idosos sozinhos que apresentam uma maior incidência da pobreza monetária (25,3% para idosos com mais de 75 anos e 22,1% para idosos com menos de 75 anos). Nos casais de idosos a taxa reduz-se para 16,6%. Se os idosos viverem com mais idosos ou com outros elementos que não idosos essa redução é ainda mais acentuada (7,0% e 7,9%, respetivamente). Em termos de escolaridade, o grupo onde a taxa de incidência da pobreza é mais elevada é no dos idosos sem escolaridade (26,7%). O facto de se ter concluído o 1º ou 2º ciclo do ensino básico faz com que a taxa seja substancialmente mais baixa (16,9%), reduzindo-se ainda mais no grupo que concluiu o 3º ciclo do ensino básico (12,9%). No entanto, são as habilitações superiores e de ensino secundário, que apresentam as taxas de incidência da pobreza mais baixas (6,1% e 5,5%, respetivamente). Quando falamos de situação perante o trabalho, a taxa de incidência da pobreza monetária é mais baixa nos indivíduos que trabalham (11,2%), sendo um pouco mais elevada entre os reformados (18,1%). Mas é entre os outros inativos, que não os reformados, que essa taxa atinge o seu máximo (31,1%). Por fim, a grande maioria dos pobres monetários tem como principal fonte rendimento a pensão de velhice (87,6%). Para mais detalhes ver Quadro XVII, Anexo.

No que toca à pobreza total, observa-se que, à semelhança do que acontece com a pobreza monetária, são as mulheres que apresentam uma maior taxa de pobreza (16,77%, contra 12,2% dos homens). Em termos geográficos é novamente no Centro do país que esta adquire uma maior expressão (16,5%) face às restantes NUTSII. No entanto, Lisboa e Norte, que monetariamente apresentavam as taxas mais baixas de pobreza, em termos

de pobreza total não revelam a mesma realidade. Lisboa apresenta a 2ª taxa mais alta (15.5%), seguida do Alentejo (15.3%), Região Autónoma dos Açores (14,3%) e Norte (13,7%). Relativamente à pobreza total são as NUTSII do Algarve e Região Autónoma da Madeira que mais se destacam pela positiva, com 12,6% e 10,1%. Novamente são as zonas rurais a apresentar uma maior incidência da pobreza (21,5%) face às zonas urbanas e semi-urbanas (12,4% e 13,5%). Nada muda relativamente ao facto de os indivíduos terem conjuge ou não. Continuam a ser aqueles que vivem maritalmente que apresentam uma menor incidência da pobreza (18,2% face a 12,6%, que vivem sem o conjuge). À semelhança do que acontece no rendimento monetário, são os idosos sozinhos que apresentam maior taxa de incidência de pobreza total (22,0%). Agregados com 2, 3 e 5 ou mais pessoas apresentam taxas de pobreza total mais reduzidas (entre os 13,2% e os 10,8%). São no entanto, os agregados com 4 pessoas aqueles que menos pobres apresentam (7,6%). No que toca ao tipo de ADP, também para a pobreza total, o grupo mais vulnerável parece ser o dos idosos mais velhos (18,4%), logo seguido dos idosos sozinhos, com menos de 17,8%. Também se observa, como no rendimento monetário, uma redução da taxa nos casais para 12,5%. Se os idosos viverem com mais idosos essa redução é mais marcada ainda (7,5%). Mas é nos ADP em que os idosos vivem com outros elementos não idosos que a taxa atinge o seu mínimo (4,7%). No rendimento monetário, idosos a viver com outros idosos, encontram-se a par de idosos a viver com elementos não idosos. Relativamente ao nível de ensino alcançado pelos idosos verifica-se, que à medida que aumenta o nível de escolaridade, reduz-se a taxa de pobreza. Desta forma, são os idosos sem qualquer nível de escolarização que apresentam uma maior taxa de pobreza total (21,5%). O facto de os indivíduos terem concluído o 1º ciclo ou 2º ciclo produz uma acentuada queda na taxa, que a coloca ao nível dos 12,6%. Nos idosos

que concluíram o 9º ano de escolaridade a taxa é de 9,5%. Indivíduos com o ensino secundário e ensino superior são aqueles que apresentam taxas mais reduzidas (2,6% e 1,1%). A maioria dos idosos em situação de pobreza, considerando o rendimento total são os outros inativos, representando 23,0% dos indivíduos nesta categoria. Os reformados pobres monetariamente são em menor percentagem que o grupo anterior (13,9%). Mas é naqueles que trabalham, que a pobreza monetária é menos frequente (10,2%). Por fim, a grande maioria dos pobres (em termos totais) tem como principal fonte rendimento a pensão de velhice (82,7%). Para mais detalhes ver Quadro XVII, Anexo.

Como já referido, o presente trabalho não se centra unicamente numa abordagem descritiva. Pretende-se estudar o perfil socioeconómico dos idosos pobres apresentando dois modelos explicativos que indicando a probabilidade de determinados grupos de idosos se encontrarem em situação de pobreza monetária e pobreza total. Seguidamente e antes da descrição dos modelos, são apresentados alguns fatores apontados pela literatura que poderão ter algum poder explicativo sobre a pobreza na terceira idade.

4.4 Fatores explicativos da pobreza nos idosos – dois modelos probit

Como já antes referido, a vulnerabilidade após a saída dos indivíduos idosos do mercado de trabalho tem sido alvo de preocupação e mote para vários estudos, que dão não só uma panorâmica descritiva sobre o fenómeno, mas também introduzem modelos explicativos, que exploram a relação da pobreza na terceira idade com algumas variáveis sociodemográficas que caracterizam estes pobres. Entre as várias variáveis explicativas da pobreza que têm sido exploradas em estudos encontram-se a idade do representante do agregado em estudo, o seu nível de instrução, a sua condição perante o trabalho, as

características dos agregados familiares (localização geográfica, dimensão, número de membros que exercem uma profissão além do representante, existência de um cônjuge e seu nível de instrução (Alves, 2009). Mas para autores como Freitas, Legendre e Clark (2013) os planos de pensões e rendimentos da propriedade são a chave para a explicação da pobreza na terceira idade. Os rendimentos provenientes de poupanças relacionados com o trabalho são aquelas que têm um impacto mais forte. Estes autores à semelhança de Lusardi e Mitchell (2005) verificam que uma melhor educação e especificamente uma melhor educação financeira são as características mais importantes para um melhor planeamento do seu consumo futuro. Passaremos a descrever mais em pormenor as relações que cada fator em particular pode estabelecer com a pobreza.

Smeeding e Sandstrom (2005) verificaram que a pobreza é sobretudo um problema associado às mulheres mais velhas, que vivem sozinhas. Diferentes fatores têm influência no risco de pobreza das mulheres mas a viuvez é certamente uma das mais importantes causas, uma vez que durante a sua vida ativa receberam salários mais baixos que os homens, passaram menos anos dentro do mercado de trabalho, têm uma maior esperança de vida, o que implica um maior risco de se tornarem viúvas (Yamada and Casey 2002).

Smeeding e Williamson (2001), verificaram que nos Estados Unidos e no Reino Unido, são os pensionistas mais velhos que têm um maior risco de pobreza do que as cohorts de reformados mais novos. Também em Portugal a mesma tendência foi verificada, num estudo de Albuquerque *et al.* (2006). As cohortes mais velhas são mais pobres do que as cohortes mais novas, uma vez que estas se encontram mais bem protegidas. Isto acontece porque muitos destes reformados mais velhos não preenchem os requisitos que os tornariam elegíveis perante a segurança social. Note-se, que em Portugal, nas gerações mais velhas de idosos, as carreiras contributivas são mais curtas,

quer porque refletem efetivamente menos descontos para a Segurança Social, quer por os descontos não terem sido entregues pela entidade patronal.

Chaput and Salembier (2011) chamam à atenção de factores como a profissão, o contexto familiar, eventos da juventude que condicionam na escolha de ativos, chamando à atenção que agregados sem ativos são caracterizados por fracos recursos financeiros, dificuldade em pagar as suas contas, tendo a sua origem social e vivendo em grandes cidades.

Planos de poupança fundos de pensões de base ocupacional reduzem em grande medida o risco de exposição à pobreza, levando a que agregados que se tenham comprometido com este tipo de contrato se encontrem em média menos expostos à pobreza, com um efeito marginal de 6%. Sendo isto explicado por uma taxa de retorno bastante elevada para a qual contribuem as contribuições dos empregadores. Rendimentos da propriedade também são um importante factor na redução deste risco (Freitas, Legendre e Clark, 2013)

De acordo com Freitas, Legendre e Clark (2013), reformados sem qualquer diploma e vivendo sozinhos encontram-se mais expostos ao risco de pobreza. O plano de reforma (individual ou coletiva) e o nível de educação são as características chave para explicar o risco de pobreza nos agregados familiares. A educação é um factor importante nomeadamente na consciencialização dos indivíduos para a necessidade de pouparem para o momento após a saída do mercado de trabalho e na compreensão dos produtos financeiros nos quais poderão aplicar o dinheiro poupado.

No presente trabalho pretende-se estudar o perfil socioeconómico dos indivíduos que estão em situação de pobreza. Para o efeito, será utilizada a regressão *Probit*, na qual a variável dependente, situação de pobreza, é uma variável nominal, que toma o valor 1,

quando o indivíduo se encontra abaixo do limiar de pobreza e toma o valor 0 se este se encontra acima do referido limiar. O modelo é formalizado da seguinte forma, onde X_{LFS} é o vetor de variáveis independentes, que afeta a probabilidade de o indivíduo ser pobre e β é o vetor de coeficientes do modelo probit (Green, 2002):

$$(2) \quad p_i = \begin{cases} 1 & \text{if } \frac{y_i}{z} < 1 \\ 0 & \text{caso contrário} \end{cases} \quad \text{prob}(U_i = 1) = \varphi(X_{iX_{LFS}}\beta)$$

A presente análise entrará em linha de conta com os seguintes fatores (variáveis independentes): idade; sexo; habilitação do indivíduo, estado civil, sua condição perante o trabalho, dimensão e tipo de agregado, situação de conjugalidade, localização do agregado em termos de NUTS II, classificação rural/urbana da zona e fonte mais frequente de rendimento.

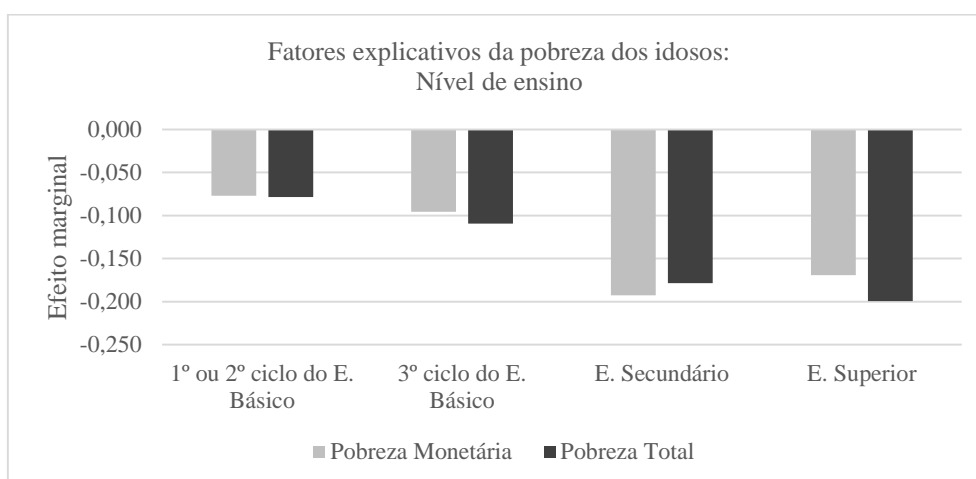
Estudou-se a importância relativa dos vários fatores atrás descritos na pobreza, através de um modelo em que coeficientes medem o efeito marginal de cada variável sobre a probabilidade de um indivíduo se encontrar em situação de pobreza, controlando o efeito das demais variáveis. Foram estimados dois modelos diferentes para a pobreza monetária e para a pobreza total (incluindo rendimentos monetários e não monetários). O modelo encontrado para a pobreza monetária tem um maior poder explicativo (13,1%) do que o modelo para a pobreza total (12,2%).

Tanto no caso da pobreza monetária como da pobreza total, os resultados revelam efeitos negativos (e crescentes) na probabilidade de um idoso se encontrar em situação de pobreza, com o aumento da escolaridade, até ao ensino secundário (relativamente à pobreza monetária) e até ao ensino superior (relativamente à pobreza total). Este efeito parece ser muito crescente para todas as categorias no modelo da pobreza monetária, com exceção da categoria “ensino superior”. Apesar de o ensino reduzir a probabilidade de pobreza monetária, o máximo de redução é conseguido pelos indivíduos com ensino secundário. No

modelo de pobreza monetária, por comparação com os agregados em que o indivíduo de referência não tinha qualquer escolaridade, aqueles em que a escolaridade era de 1º ou 2º ciclo vêm diminuído em 7,7% a probabilidade de se encontrarem em situação de pobreza, valor que passa para 9,6% com o 3º ciclo, 19,3% com o ensino secundário, mas apenas 16,9% com as habilitações superiores.

No modelo do rendimento total, a probabilidade decresce em 7,9% se o idoso tiver completado o 1º ciclo ou 2º ciclo do básico face aos indivíduos que não têm escolaridade. Decresce em 10,9% se o indivíduo tiver completado o 3º ciclo do ensino básico, 17,9% se tiver o ensino secundário e 19,9% se possuir estudos superiores.

Figura 1 – Efeito marginal do nível de ensino do indivíduo sobre a pobreza monetária e total



Fonte: INE, IDEF, 2010/2011. Cálculos do autor. **Nota:** Categoria de referência – “Sem ensino”

No que toca à situação geográfica em termos de NUTS II verifica-se, no modelo do rendimento monetário, que apenas no caso do Centro há um efeito marginal significativo de aumento da probabilidade de ser pobre em 3,8%, face à categoria de referência (Norte). Esta probabilidade de aumento é ligeiramente inferior no modelo de pobreza total (1,2%).

Encontrar-se numa zona rural ou não pode também fazer a diferença, sendo que esta condição aumenta em 6,1% a probabilidade de o indivíduo se tornar pobre monetariamente face à categoria de referência (zona urbana), o mesmo acontece em termos de pobreza total, mas neste caso, o efeito tem uma menor expressão (1,6%).

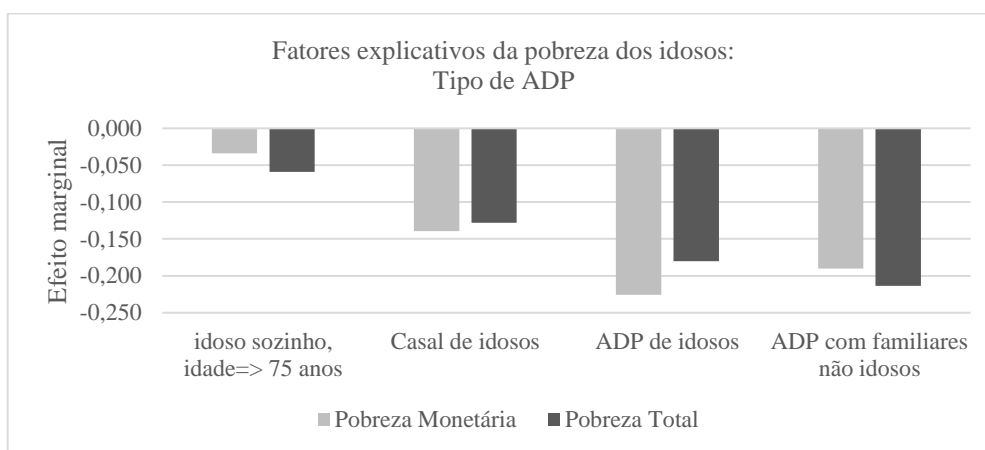
Apesar de o sexo do idoso não ter um efeito significativo no facto de este se encontrar ou não em situação de pobreza, em nenhum dos modelos, o mesmo não acontece com a idade. No modelo da pobreza monetária, cada ano adicional na idade do indivíduo tem um impacto positivo de 2,7% na probabilidade de este se tornar pobre, sendo esta probabilidade ligeiramente mais alta para o modelo da pobreza total (3,4%).

A dimensão do ADP é uma variável que não tem impacto à excepção de ADP com cinco ou mais elementos, onde a pobreza se dilui face aos idosos sozinhos. Mais importante que a dimensão do ADP é o tipo de ADP, que faz a diferença entre o idoso se encontrar em situação de pobreza ou não. Quanto ao tipo de ADP verifica-se que os casais de idosos apresentam uma probabilidade 13,9 % inferior de pobreza monetária face aos idosos sozinhos com menos de 75 anos. Igualmente, viver num ADP com familiares não idosos reduz em 19,0% a probabilidade de o idoso se encontrar em situação de pobreza monetária, mas o facto de viver num ADP de idosos representa uma diminuição ainda mais expressiva (22,6%). O facto de viver especificamente com o conjuge, independentemente do tipo de ADP, não tem um impacto significativo.

No modelo de pobreza total, verifica-se que ser um idoso com mais de 75 anos sozinho diminui em 5,9% a probabilidade de ser pobre. Este fenómeno apenas acontece ao nível do rendimento total e não ao nível monetário. Este facto poderá relacionar-se com a questão da autolocação, uma vez que muitos dos idosos são proprietários. O facto de ser um casal de idosos diminui em 12,8% a probabilidade de pobreza, uma diminuição menos expressiva do que no caso da pobreza monetária. Se o idoso viver num ADP com

mais idosos essa diminuição chega a 18,0% (uma diminuição mais pronunciada no caso da pobreza monetária). Se viver num ADP com outros familiares não idosos esta diminuição ainda é mais acentuada (21,3%), facto que não ocorre no caso da pobreza monetária. À semelhança do modelo anterior, não existe qualquer impacto da situação conjugal.

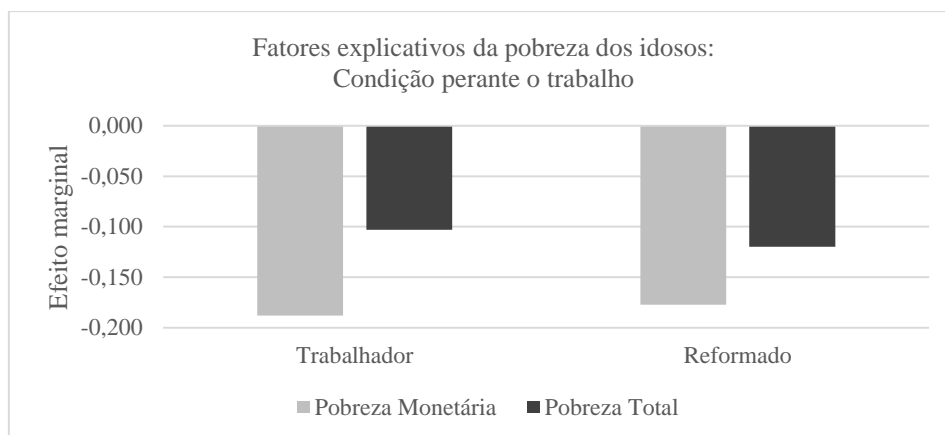
Figura 2 – Efeito marginal do tipo de ADP sobre a pobreza monetária e total



Fonte: INE, IDEF, 2010/2011. Cálculos do autor. **Nota:** Categoria de referência – “idoso sozinho com idade <75 anos”

Também a condição perante o trabalho parece ter impacto: tanto os indivíduos que trabalham como aqueles que se encontram reformados têm menor probabilidade de se encontrarem numa situação de pobreza face a “outros inativos”. Esta redução é mais acentuada no caso daqueles que trabalham (18,8%) do que no caso dos que se encontram reformados (17,7%). Este padrão inverte-se no caso do rendimento total, onde a probabilidade de ser pobre diminui com mais expressão no caso dos reformados (12,0%) do que no caso daqueles que trabalham (10,3%)

Figura 3 – Efeito marginal da condição perante o trabalho sobre a pobreza monetária e total



Fonte: INE, IDEF, 2010/2011. Cálculos do autor. **Nota:** Categoria de referência – “Outros inativos”

Ainda relevante são as principais fontes de rendimento e o seu papel na redução da pobreza os idosos. É sobretudo nesta variável que estes modelos se diferenciam demonstrando a importância dos rendimentos não monetários para a redução da pobreza. Comparando as várias fontes de rendimento com pensão de velhice, como grupo de referência verificamos que são as seguintes categorias de rendimentos que produzem maiores reduções na probabilidade de o idoso se encontrar em situação de pobreza monetária: Outras transferências periódicas (23,7%), Rendimentos do trabalho por conta de outrém (20,8%), benefícios relacionados com a doença (20,4%), RSI (18,0%), rendimentos do trabalho por conta própria (16,8%), pensão de sobrevivência (16,8%) rendimentos de capital (16,0%), rendimentos de propriedade (15,3%), benefícios associados ao desemprego (13,9%) e invalidez (7,0%).

No modelo do rendimento total destacam-se as pensões de invalidez na redução da probabilidade de um idoso cair em situação de pobreza, os rendimentos por conta própria (18,6%) e por conta de outrém (17,6%), pensão de sobrevivência (12,1%) e

rendimentos de propriedade (11,1%). Assume ainda alguma importância a autolocação (7,8%).

5. CONCLUSÃO: SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS E RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS SOCIAIS DE COMBATE À POBREZA NOS IDOSOS

O objetivo do presente trabalho prende-se com a tentativa de estabelecer um modelo preditivo para o facto de um indivíduo idoso poder ou não encontrar-se em situação de pobreza. O conceito multidimensional da pobreza, da autoria de Sen, e segundo a qual a pobreza não deve ser tratada como uma questão meramente associada ao rendimento monetário, sugere que devemos ter em conta dimensões não monetárias do rendimento, isto porque ser pobre do ponto de vista monetário, não significa que o seu bem-estar possa necessariamente estar em causa.

De acordo com Smeeding et al (1993) muitos investigadores argumentam que omitir os efeitos do rendimento não monetário, podem resultar em enviesamentos. Esses enviesamentos podem ser tanto mais relevantes se estivermos a estudar populações específicas que beneficiam desse tipo de rendimentos desproporcionalmente, relativamente à população em geral. No contexto dos idosos, as rendas imputadas são relevantes, na medida em que, a proporção de proprietários entre idosos deverá ser superior, pois é mais provável que tenham investido as suas poupanças numa propriedade, ou já tenham acabado de pagar os seus empréstimos, incorrendo assim, em menos gastos com habitação. Assim, o facto de não considerar estes rendimentos pode resultar na subestimação do bem-estar destas pessoas, já que este tipo de rendimentos pode actuar como uma rede de segurança (Koutsampelas, 2012).

No presente trabalho utilizaram-se os microdados do inquérito IDEF. Também é clarificada a relevância de cada tipo de rendimento para reduzir a probabilidade de ser pobre.

Algumas variáveis têm, com alguma robustez, vindo a estar associadas à incidência da pobreza, segundo a literatura. São elas, a idade do indivíduo, a estrutura do agregado, o nível de formação, a área de residência (Koutsampelas, 2012). Por outro lado, variáveis como o género parecem não ser estatisticamente significantes. Também no presente trabalho, a idade parece estar associada à incidência da pobreza, bem como o tipo de agregado e o facto de a área de residência ser rural ou não, com destaque também para o nível de ensino. Também é clarificado o peso de cada tipo de rendimento para retirar os idosos da pobreza. A variável sexo não demonstrou ter qualquer associação significativa ao facto de o indivíduo se encontrar em situação de pobreza monetária ou não. Apesar de na literatura o género ser apontado como uma variável com impacto na pobreza, relacionando-se com a maior esperança de vida das mulheres e inadequação das pensões de sobrevivência, existem razões para acreditar que as diferenças de género tenderão a desaparecer com o tempo à medida que as novas gerações de mulheres vão tendo um nível de educação maior e a participarem mais no mercado de trabalho (Koutsampelas, 2012).

A estrutura do agregado onde o idoso vive tem também impacto na incidência da pobreza. Em agregados de uma só pessoa são mais vulneráveis, uma vez que nesse caso, não há partilha de rendimento entre idosos e outros adultos ativos, não havendo assim, a possibilidade de exploração das economias de escala no consumo. Também as pessoas com níveis de educação mais elevados revelaram estar mais bem protegidas da pobreza, o que na literatura é explicado pelo facto de estas pessoas terem melhores trabalhos, por

consequente, melhores carreiras contributivas e conseqüentemente melhores reformas. Também a corroborar a literatura (Koutsampelas, 2012) verificámos que os idosos que vivem em áreas rurais se encontram mais vulneráveis.

Na generalidade todos os factores que têm impacto na pobreza monetária, também o têm na pobreza total, actuando de forma congruente em ambas as dimensões, quer seja no aumento ou decréscimo da probabilidade de se ser pobre. Apenas se observam algumas alterações ligeiras no padrão de efeitos entre ambos os modelos. O modelo da pobreza monetária tem um maior poder explicativo que o modelo do rendimento total. Outra diferença dos modelos, relaciona-se com os tipos de rendimentos associados à pobreza monetária e não monetária. Para retirar da pobreza um idoso qualquer que seja a forma de apoio, ela parece ter impacto na sua situação. No que toca à pobreza total, assumem mais importância os rendimentos de propriedade, por conta de outrem ou por conta própria, pensões de sobrevivência e destacando também o rendimento não monetário autoloção.

Ao caracterizar a população idosa facilmente se compreende que não é um grupo homogéneo. Ser idoso não é sinónimo de pobreza. Desta forma, qualquer apoio que possa vir a surgir deverá ser sempre direccionado a bolsas de pobreza específicas e sujeita a condição de recursos. Em conclusão, através dos presentes modelos é possível formular algumas recomendações de política social que visam os subgrupos de idosos mais vulneráveis, nomeadamente os idosos mais velhos, que vivem sozinhos e em zonas rurais e sem escolaridade. Os modelos apresentados trazem-nos esperança que a pobreza dos idosos no futuro poderá vir a diminuir, uma vez que os pensionistas terão tendencialmente uma melhor educação e serão crescentemente elegíveis para pensões, devido ao crescente contributo para sistemas de protecção social.

Contudo, o trabalho apresenta algumas limitações entre as quais, não permitir uma análise longitudinal, que seria desejável para compreender até que ponto a alteração de determinadas variáveis impacta a situação de um mesmo indivíduo. Por outro lado, os dados reportam-se ao ano fiscal de 2009, não reflectindo ainda os efeitos das medidas de austeridade mais severas. Outra limitação está associada à opção metodológica de utilização da variável dependente do modelo ser dicotómica. Nestas condições, apenas nos é permitido sinalizar as situações de pobreza e não a previsão da sua intensidade. Seria interessante num futuro, estudar também essa possibilidade, de forma a perceber que variáveis estão associadas a uma maior intensidade.

Devido ao carácter multidimensional da pobreza seria importante explorar até que ponto cada um dos factores estudados se encontra associado a formas de privação material, atuando sobre os factores que estão associados a formas de privação mais gravosas. Seria também de todo o interesse efetuar uma comparação entre o modelo de previsão para os idosos e um modelo para a população em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, P., Arcanjo, M., Escária V., Nunes, F., & Pereirinha, J. (2006). Retirement and the poverty of the elderly in Portugal. *School of Economics & Management - Department of Economics Working Paper 15*.
- Alves, N. (2009). Novos factos sobre a pobreza em Portugal. *Boletim económico* 15 (1), 125-154, Banco de Portugal.
- Atkinson, A.B. (1989). *Poverty and Social Security*. New York: Harvester Wheatsheaf.
- Blundell, R. & I. Preston (1998). Consumption inequality and income uncertainty, *Quarterly Journal of Economics* 113, 603-640.
- Chaput, H. and Salembier L. (2011). *Les choix de détention patrimoniale des ménages ne sont pas seulement liés à leurs ressources*.
- European Commission (2010). *Europe 2020. A strategy for smart, sustainable and inclusive growth*, Brussels: European Commission.
- Eurostat (2010a), *Combating poverty and social exclusion- A statistical portrait of the European Union 2010*, Brussels: European Union.
- Eurostat (2010b), *Income and living conditions in Europe*, coord. Anthony B. Atkinson and Eric Marlier, European Union.
- Ferreira, L. (2000) *A pobreza em portugal na década de oitenta*. Lisboa: Conselho Económico e Social.
- Foster J., Greer J. and Thorbecke E. (1984). A class of decomposable poverty measures, *Econometrica*, 52, 761-76.
- Foster, J. & Sen (1997). *On economic inequality after a quarter century*. Oxford, UK: Clarendon Press.

- Freitas, N., Legendre, B. & Clark, G. (2013). Poverty Risk at Old-Age: the Role of Private Retirement Incomes. *Proceedings III International Workshop on the Socio-Economics of Ageing*, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa: Outubro, 2013.
- Goedhart, T. , Halberstadt, V., Kapteyn, A. & van Praag, B. (1976). *The poverty line: concept and measurement*. Mimeographed, economic Institute of Leyden University.
- Greene, W.H. (2002) *Econometric Analysis*, 5ª Edição. NJ, Prentice-Hall
- Instituto Nacional de Estatística (2012). *Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Koutsampelas, C. (2012). Aspects of Elderly Poverty in Cyprus. *Cyprus Economic Policy Review* 6 (1), 69-89.
- Lusardi A. & Mitchell O.S. (2005). Financial literacy and planning: Implications for retirement wellbeing. *DNB Working Paper* 78.
- Mendes F.R. & Cabral N.C., (2014) *Para onde vai o Estado Social em Portugal?* Porto:Vida Económica - Editorial SA.
- Rodrigues, C. (2007). Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza – Portugal nos Anos 90. *Coleções Económicas*, II Série, Nº 5, Almedina.
- Rodrigues, C.F. (2010). *Outros olhares sobre os indicadores de pobreza*. In: INE (Eds.), *Sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal*, Lisboa, INE, 115-125.
- Rodrigues, C.F. (2014). *Portugal 1989/2009: uma década de redução da pobreza*. In: Ribeiro Mendes e Costa Cabral (Eds.), *Para onde vai o Estado Social em Portugal?* (pp. 67-96), Porto:Vida Económica - Editorial SA.

- Rodrigues, C.F. & Andrade, I. (2012). Monetary poverty, material deprivation and consistent poverty in Portugal. *Notas Económicas* 35, 20-39.
- Rodrigues, C.F. & Andrade, I. (2013). The age-old problem of old-age poverty in Portugal. Proceedings III International *Workshop on the Socio-Economics of Ageing*. Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa: Outubro, 2013
- Santos, J. (1984). Escalas de Equivalência. *Estudos de Economia* 5 (1), 43-65.
- Sen, A. (1976). Poverty: An Ordinal Approach to Measurement. *Econometrica* 44 (2), 219-231.
- Sen, A. (1979). Issues in the Measurement of Poverty. *The Scandinavian Journal of Economics* 81(2), 285-307.
- Sen, A. (1983). Poor, relatively speaking. *Oxford Economic Papers* 35, 153-169.
- Sen (1999). *Development as freedom*. Oxford: Oxford University Press.
- Smeeding, T. M. & Sandstrom, S. (2005) Poverty and income maintenance in old age: A cross national view of low income older women. *Feminist Economics*, 11, 163–97.
- Smeeding, T.M., Saunders P., Coder J., Jenkins, S.P., Fritzell, J. Hagenaars, A.J.M. Hauser, R. and Wolfson, M. (1993). Poverty, inequality and living standard impacts across seven nations: the effects of non-cash subsidies for health, education and housing. *Review of Income and Wealth* , 39(3), 229-256.
- Smeeding, T.M. & Williamson, J. (2001). Income Maintenance in Old Age: What Can Be Learned from Cross-National Comparisons. *Luxembourg Income Study Working Paper* 263.
- Townsend, P. (1970). *The concept of poverty*. London:Heinman.

Yamada A. & Casey B. (2002). Getting Older, Getting Poorer? A Study of the Earnings, Pensions, Assets and Living Arrangements of Older People in Nine Countries. *Luxembourg Income Study Working Paper 314*.

Anexos

Quadro II - Frequência, Percentagem de idosos pobres e não pobres (pobreza monetária e total), por sexo, em 2009

Pobreza Monetária		Sexo		Total	Pobreza Total		Sexo		Total
		Masculino	Feminino				Masculino	Feminino	
Não pobre	Frequência	677619	890844	1568463	Não pobre	Frequência	720226	937499	1657725
	% dentro do sexo	82,6%	79,1%	80,6%		% dentro do sexo	87,8%	83,2%	85,2%
Pobre	Frequência	142391	235647	378037	Pobre	Frequência	99784	188991	288775
	% dentro do sexo	17,4%	20,9%	19,4%		% dentro do sexo	12,2%	16,8%	14,8%
Total	Frequência	820009	1126491	1946500	Total	Frequência	820009	1126491	1946500
	% dentro do sexo	100,0%	100,0%	100,0%		% dentro do sexo	100,0%	100,0%	100,0%
	% total	42,1%	57,9%	100,0%		% do total	42,1%	57,9%	100,0%

Fonte: INE, IDEF, 2010/2011. Cálculos do autor.

Quadro III - Frequência, Percentagem de idosos pobres e não pobres (monetariamente), por NUTSII, em 2009

Pobreza monetária		NUTS II 2002						R.A.		Total
		Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira		
Não pobre	Frequência	507826	384646	411714	141907	68317	24018	30033	1568463	
	% dentro das NUTS	82,9%	75,9%	83,0%	80,6%	80,0%	76,3%	78,7%	80,6%	
Pobre	Frequência	104951	122003	84163	34243	17092	7476	8109	378037	
	% dentro das NUTS	17,1%	24,1%	17,0%	19,4%	20,0%	23,7%	21,3%	19,4%	
	Frequência	612777	506649	495878	176150	85409	31495	38143	1946500	
	% dentro das NUTS	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% do Total	31,5%	26,0%	25,5%	9,0%	4,4%	1,6%	2,0%	100,0%	

Fonte: INE, IDEF, 2010/2011. Cálculos do autor.

Quadro IV - Frequência, Percentagem de idosos pobres e não pobres (pobreza total), por NUTSII, em 2009

Pobreza total		NUTS II 2002						R.A.		Total
		Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira		
Não pobre	Frequência	529128	423241	419001	149274	76774	26978	33329	1657725	
	% dentro das NUTS	86,3%	83,5%	84,5%	84,7%	89,9%	85,7%	87,4%	85,2%	
Pobre	Frequência	83649	83408	76877	26875	8635	4517	4814	288775	
	% dentro das NUTS	13,7%	16,5%	15,5%	15,3%	10,1%	14,3%	12,6%	14,8%	
	Frequência	612777	506649	495878	176150	85409	31495	38143	1946500	
	% dentro das NUTS	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% do Total	31,5%	26,0%	25,5%	9,0%	4,4%	1,6%	2,0%	100,0%	

Fonte: INE, IDEF, 2010/2011. Cálculos do autor.

Quadro V - Frequência, Percentagem de idosos pobres e não pobres (pobreza monetária), por nível de urbanização, em 2009

Pobreza monetária		Zona rural / urbana			Total
		Urbano	Semi-Urbano	Rural	
Não pobre	Frequência	1009642	288342	270478	1568463
	% dentro da categoria rural/urbano	83,4%	80,0%	72,0%	80,6%
Pobre	Frequência	200872	72119	105046	378037
	% dentro da categoria rural/urbano	16,6%	20,0%	28,0%	19,4%
Total	Frequência	1210514	360462	375524	19464500
	% dentro da categoria rural/urbano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	62,2%	18,5%	19,3%	100,0%

Fonte: INE, IDEF, 2010/2011. Cálculos do autor.

Quadro VI - Frequência, Percentagem de idosos pobres e não pobres (pobreza total), por nível de urbanização, em 2009

Pobreza total		Zona rural / urbana			Total
		Urbano	Semi-Urbano	Rural	
Não pobre	Frequência	1047060	315732	294933	1657725
	% dentro da categoria rural/urbano	86,5%	87,6%	78,5%	85,2%
Pobre	Frequência	163454	44730	80591	288775
	% dentro da categoria rural/urbano	13,5%	12,4%	21,5%	14,8%
Total	Frequência	1210514	360462	375524	1946500
	% dentro da categoria rural/urbano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	62,2%	18,5%	19,3%	100,0%

Fonte: INE, IDEF, 2010/2011. Cálculos do autor.

Quadro VII - Frequência, Percentagem de idosos pobres e não pobres (pobreza monetária), por situação conjugal, em 2009

Pobreza monetária		Situação de conjugalidade		Total
		Vive com o cônjuge	Vive sem o cônjuge	
Não pobre	Frequência	974037	594425	1568463
	% dentro da sit. conjugal	83,2%	76,6%	80,6%
Pobre	Frequência	196571	181466	378037
	% dentro da sit. conjugal	16,8%	23,4%	19,4%
Total	Frequência	1170608	775892	19464500
	% dentro da sit. conjugal	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	60,1%	39,9%	100,0%

Fonte: INE, IDEF, 2010/2011. Cálculos do autor.

Quadro VIII - Frequência, Percentagem de idosos pobres e não pobres (pobreza total), por situação conjugal, em 2009

Pobreza total		Situação de conjugalidade		Total
		Vive com o cônjuge	Vive sem o cônjuge	
Não pobre	Frequência	1022932	634793	1657725
	% dentro da sit. conjugal	87,4%	81,8%	85,2%
Pobre	Frequência	147677	141098	288775
	% dentro da sit. conjugal	12,6%	18,2%	14,8%
Total	Frequência	1170608	775892	1946500
	% dentro da sit. conjugal	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	60,1%	39,9%	100,0%

Fonte: INE, IDEF, 2010/2011. Cálculos do autor.

Quadro IX - Frequência, Percentagem de idosos pobres e não pobres (pobreza monetária), por categorias de dimensão de ADP, em 2009

Pobreza monetária		Dimensão do ADP					Total
		1	2	3	4	5	
Não pobre	Frequência	338585	827655	217032	64168	121022	1568463
	% dentro da Dim. ADP	69,4%	82,0%	87,5%	92,0%	91,7%	80,6%
Pobre	Frequência	149331	181225	30945	5594	10943	378037
	% dentro da Dim. ADP	30,6%	18,0%	12,5%	8,0%	8,3%	19,4%
Total	Frequência	487916	1008880	247977	69762	131965	1946500
	% dentro da Dim. ADP	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	25,1%	51,8%	12,7%	3,6%	6,8%	100,0%

Fonte: INE, IDEF, 2010/2011. Cálculos do autor.

Quadro X - Frequência, Percentagem de idosos pobres e não pobres (pobreza total), por categorias de dimensão de ADP, em 2009

Pobreza total		Dimensão do ADP					Total
		1	2	3	4	5	
Não pobre	Frequência	380509	875028	221026	64475	116687	1657725
	% dentro da Dim. ADP	78,0%	86,7%	89,1%	92,4%	88,4%	85,2%
Pobre	Frequência	107407	133852	26951	5287	15278	288775
	% dentro da Dim. ADP	22,0%	13,3%	10,9%	7,6%	11,6%	14,8%
Total	Frequência	487916	1008880	247977	69762	131965	1946500
	% dentro da Dim. ADP	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	25,1%	51,8%	12,7%	3,6%	6,8%	100,0%

Fonte: INE, IDEF, 2010/2011. Cálculos do autor.

Quadro XI - Frequência, Percentagem de idosos pobres e não pobres (pobreza monetária), por tipo de ADP, em 2009

Pobreza monetária		Tipo de ADP					Total
		Idoso so <75	Idoso so 75+	Casal de Idosos	ADP de idosos	idosos c/familiares	
Não pobre	Frequência	389001	296731	817570	39075	26085	1568463
	% dentro do tipo de ADP	77,9%	74,7%	83,4%	93,0%	92,1%	80,6%
Pobre	Frequência	110204	100297	162360	2943	2233	378037
	% dentro do tipo de ADP	22,1%	25,3%	16,6%	7,0%	7,9%	19,4%
Total	Frequência	499205	397028	979930	42018	28318	1946500
	% dentro do tipo de ADP	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	25,6%	20,4%	50,3%	2,2%	1,5%	100,0%

Fonte: INE, IDEF, 2010/2011. Cálculos do autor.

Quadro XII - Frequência, Percentagem de idosos pobres e não pobres (pobreza total), por tipo de ADP, em 2009

Pobreza total		Tipo de ADP					Total
		Idoso so <75	Idoso so 75+	Casal de Idosos	ADP de idosos	idosos c/familiares	
Não pobre	Frequência	410483	324108	857292	38856	26986	1657725
	% dentro do tipo de ADP	82,2%	81,6%	87,5%	92,5%	95,3%	85,2%
Pobre	Frequência	88722	72920	122638	3162	1333	288775
	% dentro do tipo de ADP	17,8%	18,4%	12,5%	7,5%	4,7%	14,8%
Total	Frequência	499205	397028	979930	42018	28319	1946500
	% dentro do tipo de ADP	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	25,6%	20,4%	50,3%	2,2%	1,5%	100,0%

Fonte: INE, IDEF, 2010/2011. Cálculos do autor.

Quadro XIII - Frequência, Percentagem de idosos pobres e não pobres (pobreza monetária), por nível de ensino, em 2009

Pobreza monetária		Nível Ensino					Total
		Nenhum	Básico 1-2		Secundário	Superior	
	ciclo		Básico 3				
Não pobre	Frequência	520041	824719	75427	62599	85677	1568463
	% dentro do N. ensino	73,3%	83,1%	87,1%	94,5%	93,9%	80,6%
Pobre	Frequência	189321	168282	11210	3619	5605	378037
	% dentro do N. ensino	26,7%	16,9%	12,9%	5,5%	6,1%	19,4%
Total	Frequência	709362	993002	86637	66218	91281	1946500
	% dentro do N. ensino	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	36,4%	51,0%	4,5%	3,4%	4,7%	100,0%

Fonte: INE, IDEF, 2010/2011. Cálculos do autor.

Quadro XIV - Frequência, Percentagem de idosos pobres e não pobres (pobreza total), por nível de ensino, em 2009

Pobreza total		Nível Ensino					Total
		Nenhum	Básico 1-2 ciclo	Básico 3 ciclo	Secundário	Superior	
Não pobre	Frequência	556654	867890	78398	64511	90271	1657725
	% dentro do N. ensino	78,5%	87,4%	90,5%	97,4%	98,9%	85,2%
Pobre	Frequência	152708	125111	8239	1706	1010	288775
	% dentro do N. ensino	21,5%	12,6%	9,5%	2,6%	1,1%	14,8%
Total	Frequência	709362	993002	86637	66218	91281	1946500
	% dentro do N. ensino	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	36,4%	51,0%	4,5%	3,4%	4,7%	100,0%

Fonte: INE, IDEF, 2010/2011. Cálculos do autor.

Quadro XV - Frequência, Percentagem de idosos pobres e não pobres (pobreza monetário), por condição perante o trabalho, em 2009

Pobreza monetária		Condição Perante o Trabalho			Total
		Outros Inactivos	Trabalha	Reformado	
Não pobre	Frequência	161272	64754	1342437	1568463
	% dentro da condição perante o trabalho	69,0%	88,8%	81,9%	80,6%
Pobre	Frequência	72625	8128	297284	378037
	% dentro da condição perante o trabalho	31,0%	11,2%	18,1%	19,4%
Total	Frequência	233897	72881	1639722	1946500
	% dentro da condição perante o trabalho	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	12,0%	3,7%	84,2%	100,0%

Fonte: INE, IDEF, 2010/2011. Cálculos do autor.

Quadro XVI - Frequência, Percentagem de idosos pobres e não pobres (pobreza total), por condição perante o trabalho, em 2009

Pobreza total		Condição Perante o Trabalho			Total
		Outros Inactivos	Trabalha	Reformado	
Não pobre	Frequência	180027	65419	1412280	1657725
	% dentro da condição perante o trabalho	77,0%	89,8%	86,1%	85,2%
Pobre	Frequência	53870	7463	227442	288775
	% dentro da condição perante o trabalho	23,0%	10,2%	13,9%	14,8%
Total	Frequência	233897	72881	1639722	1946500
	% dentro da condição perante o trabalho	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	12,0%	3,7%	84,2%	100,0%

Fonte: INE, IDEF, 2010/2011. Cálculos do autor.

Quadro XVII - Frequência, Percentagem de idosos pobres e não pobres (pobreza monetária), por fonte mais frequente de rendimento monetário, em 2009

	Não pobre		Pobre		Total	
	Frequência	% dentro dos não pobres	Frequência	% dentro dos pobres	Frequência	% Total
P. Velhice	1147002	73,1%	331016	87,6%	1478018	75,9%
R. conta própria	30085	1,9%	2299	,6%	32384	1,7%
R. Propriedade	20596	1,3%	1957	,5%	22554	1,2%
R. de capital	1850	,1%	167	,0%	2017	,1%
R. conta de outrem	270414	17,2%	9515	2,5%	279929	14,4%
Pensão social	6188	,4%	15682	4,1%	21871	1,1%
P. sobrevivência	59619	3,8%	10158	2,7%	69777	3,6%
P. invalidez	17265	1,1%	4957	1,3%	22222	1,1%
R. desemprego	6840	,4%	742	,2%	7582	,4%
R. doença	1239	,1%	78	,0%	1317	,1%
R. família	213	,0%	0	0,0%	213	,0%
R. periódicas outros agregados	124	,0%	0	0,0%	124	,0%
Transf. periódicas estrangeiro	2606	,2%	0	0,0%	2606	,1%
Outras transf. Periódicas	2732	,2%	36	,0%	2768	,1%
RSI	577	,0%	1430	,4%	2007	,1%
CSI	1111	,1%	0	0,0%	1111	,1%
Total	1568461	100,0%	378037	100,0%	1946500	100,0%

Fonte: INE, IDEF, 2010/2011. Cálculos do autor.

Quadro XVIII - Frequência, Percentagem de idosos pobres e não pobres (pobreza total), por fonte mais frequente de rendimento total, em 2009

	Não pobre		Pobre		Total	
	Frequência	% dentro dos não pobres	Frequência	% dentro dos pobres	Frequência	%
P. Velhice	1146410	69,2%	238823	82,7%	1385233	71,2%
R. conta própria	30525	1,8%	566	,2%	31090	1,6%
R. Propriedade	19116	1,2%	1697	,6%	20813	1,1%
R. de capital	1850	,1%	0	0,0%	1850	,1%
R. conta de outrem	256461	15,5%	11486	4,0%	267947	13,8%
Pensão social	6764	,4%	9294	3,2%	16058	,8%
P. sobrevivência	51009	3,1%	7281	2,5%	58290	3,0%
P. invalidez	16971	1,0%	3285	1,1%	20256	1,0%
R. desemprego	5218	,3%	1017	,4%	6235	,3%
R. doença	797	,0%	520	,2%	1317	,1%
R. família	213	,0%	0	0,0%	213	,0%
R. periódicas outros agregados	124	,0%	0	0,0%	124	,0%
Transf. periódicas estrangeiro	2473	,1%	0	0,0%	2473	,1%
Outras transf. Periódicas	1850	,1%	886	,3%	2737	,1%
RSI	0	0,0%	1147	,4%	1147	,1%
CSI	1111	,1%	0	0,0%	1111	,1%
R. e salários em espécie	32478	2,0%	0	0,0%	32478	1,7%
Auto-consumo	3524	,2%	0	0,0%	3524	,2%
Auto-locação	80830	4,9%	12773	4,4%	93604	4,8%
Total	1657724	100,0%	288775	100,0%	1946500	100,0%

Fonte: INE, IDEF, 2010/2011. Cálculos do autor.

Quadro XIX - Modelos Probit para a pobreza monetária e pobreza total dos idosos, em 2009

Variáveis	Pobreza Monetária			Pobreza Total			
	Efeito Marginal	Erro Padrão	Valor - P	Efeito Marginal	Erro Padrão	Valor - P	
Sexo	Masculino						
	Feminino	-0,008	0,014	0,551	0,014	0,013	0,282
NUTS II	Norte						
	Centro	0,038	0,017	0,027	0,012	0,015	0,420
	Lisboa	0,016	0,020	0,408	0,039	0,019	0,041
	Alentejo	-0,012	0,017	0,463	-0,009	0,016	0,568
	Algarve	0,029	0,019	0,131	-0,028	0,017	0,101
	R.A. Açores	0,045	0,025	0,079	-0,008	0,022	0,702
	R. A. Madeira	0,042	0,023	0,068	-0,019	0,020	0,340
Zona Rural/ Urbana	Urbana						
	Semi-urbana	0,006	0,017	0,695	-0,024	0,014	0,088
	Rural	0,061	0,017	0,000	0,045	0,016	0,005
Conjuge	Sem conjuge						
	Com conjuge	-0,043	0,030	0,158	0,002	0,029	0,947
Dimensão ADP	1						
	2	-0,038	0,029	0,182	0,013	0,024	0,580
	3	-0,048	0,033	0,138	0,022	0,028	0,427
	4	-0,071	0,043	0,098	0,029	0,041	0,482
	5	-0,021	0,053	0,692	0,138	0,051	0,006
Tipo ADP	idoso sozinho, idade < 75 anos						
	idoso sozinho, idade => 75 anos	-0,034	0,028	0,233	-0,059	0,026	0,022
	Casal de idosos	-0,139	0,027	0,000	-0,128	0,026	0,000
	ADP de idosos	-0,226	0,030	0,000	-0,180	0,036	0,000
	ADP com familiares não idosos	-0,190	0,047	0,000	-0,213	0,029	0,000
Nível de ensino	Sem escolaridade						
	1º ou 2º ciclo do E. Básico	-0,077	0,015	0,000	-0,079	0,014	0,000
	3º ciclo do E. Básico	-0,096	0,034	0,005	-0,109	0,031	0,000
	E. Secundário	-0,193	0,024	0,000	-0,179	0,022	0,000
	E. Superior	-0,169	0,026	0,000	-0,199	0,014	0,000
Condição perante o trabalho	Outros inativos						
	Trabalhador	-0,188	0,043	0,000	-0,103	0,042	0,015
	Reformado	-0,177	0,026	0,000	-0,120	0,026	0,000
Fonte mais frequente de rendimento	Pensão de velhice						
	Rendimentos do trabalho por conta própria	-0,168	0,037	0,000	-0,186	0,013	0,000
	Rendimentos de propriedade	-0,153	0,044	0,001	-0,111	0,050	0,025
	Rendimentos de capital	-0,160	0,069	0,020	-	-	
	Rendimentos do trabalho por conta de outrem	-0,208	0,014	0,000	-0,176	0,012	0,000
	Pensão social de velhice	0,155	0,077	0,044	0,099	0,077	0,201
	Pensão de sobrevivência	-0,168	0,021	0,000	-0,121	0,029	0,000
	Pensão de invalidez	-0,070	0,042	0,097	-0,052	0,045	0,248
	Benefícios relacionados com desemprego	-0,139	0,060	0,021	-0,085	0,065	0,194
	Benefícios relacionados com doença	-0,204	0,039	0,000	0,103	0,200	0,605
	Benefícios relacionados com a família	-	-		-	-	
	Transferências periódicas de outros agregados	-	-		-	-	

Transferencias periodicas do estrangeiro	-	-	-	-	-	
Outras transferencias periodicas	-0,237	0,010	0,000	-0,050	0,149	0,739
Rendimento Social de Inserção	0,180	0,232	0,438	-	-	
Complemento Solidário para Idosos	-	-		-	-	
Recebimentos gratuitos e salários em espécie				-	-	
Autoconsumo e autoabastecimento				-	-	
Autolocação (rendas subjetivas)				-0,078	0,025	0,002
	Number of obs =5330		Number of obs=5233			
	Wald chi2(36)= 408,24		Wald chi2(35) = 323,30			
	Prob > chi2 = 0,0000		Prob > chi2 = 0,0000			
	Pseudo R2 = 0,1308		Pseudo R2 = 0,1218			
	Log pseudolikelihood=-832161,24		Log pseudolikelihood = -709861,2			

Fonte: INE, IDEF, 2010/2011. Cálculos do autor.